



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2013  
Processo SUSEP Nº 15414.001773/2013-41**

**A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço global, conforme autorização do Sr. Coordenador-Geral de Administração, contida no Processo SUSEP nº 15414.001773/2013-41, observados os preceitos legais em vigor, especialmente a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas respectivas alterações; o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; o Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as condições deste Edital, o qual poderá ser consultado através dos endereços na Internet [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), ou [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE: R\$ 569.968,00 (VALOR GLOBAL PARA 12 MESES DE CONTRATO)

LOCAL DE REALIZAÇÃO: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

CÓDIGO UASG: 173039

**ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15/07/2013 às 11:00 hs**

## **1. DO OBJETO**

Contratação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva, por meio de execução indireta, que compreenderá: o fornecimento de postos de serviço especificados neste termo; a disponibilização de equipe residente para preenchimento dos postos de serviço; e o fornecimento de todo o material, de todos os insumos, de todo o ferramental e de todos os equipamentos necessários e adequados à perfeita execução de todos os serviços de manutenção predial necessários nas dependências da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP – no estado do Rio de Janeiro, conforme especificações constantes no Termo de Referência em anexo.

## **2. DA COMPOSIÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

### **2.1 Fazem parte deste Edital:**

- Modelo de Proposta Comercial
- Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços em formato xls
- Termo de Referência
- Minuta de Contrato

### **3. DA CONVENÇÃO COLETIVA APLICÁVEL À EQUIPE RESIDENTE**

<b>Tipo de Posto</b>	<b>Número de Postos</b>	<b>Convenção Coletiva</b>	<b>Cargo da Convenção Coletiva</b>	<b>Piso Salarial</b>
Supervisor de Manutenção Predial – CBO 9501	1	RJ000505/2013	Supervisor	R\$ 2.120,80
Eletricistas de Manutenção – CBO 2143	2	RJ000505/2013	PROFISSIONAL ELETRICISTA	R\$ 1.251,80
Bombeiro Hidráulico – CBO 7241	1	RJ000505/2013	PROFISSIONAL BOMBEIRO	R\$ 1.251,80
Meio-oficiais de Manutenção – CBO 5143	3	RJ000505/2013	MEIO OFICIAIS EM GERAL	R\$ 917,40

3.1 Os licitantes deverão utilizar a convenção coletiva e os respectivos cargos acima descritos.

3.2 Em conformidade com o art. 511, § 3º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas), as entidades sem fins lucrativos deverão utilizar a mesma convenção coletiva aplicável às sociedades empresariais.

### **4. DA RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS E DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

4.1 Não será admitida a desistência de proposta ou de lance após o início da fase de lances.

4.2 EXCEPCIONALMENTE, após o ENCERRAMENTO da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo e devidamente comprovado pelo licitante, decorrente de fato superveniente, desde que formalizado por escrito, apensado aos autos e aceito pelo Pregoeiro.

4.3 Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem acima, o licitante desistente ficará sujeita a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 28, do Decreto nº 5.450/2005.

### **5. DAS REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

5.1 Os recursos para cobertura das despesas desta licitação provêm da Dotação Orçamentária consignada à SUSEP para o exercício de 2013.

5.2 O ato de designação do Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio é a Portaria SUSEP nº 4.787, de 28 de agosto de 2012.

### **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1 Não será admitida nesta licitação a participação de sociedades:

- a) que se encontrarem em processo de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, concordata ou liquidação, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
  - b) que estejam cumprindo suspensão temporária de participar em licitação e/ou impedidas de contratar e/ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;
  - c) que se estejam constituídas na forma de cooperativas conforme os termos do acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União;
  - d) que estejam constituídas na forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias integrais entre si;
  - e) que, mesmo constituídas independentemente, nomeiem um mesmo representante; e
  - f) cujo objetivo social e estatutário não seja compatível com o objeto desta Licitação.
- 6.2 Quando da contratação de entidades sem fins lucrativos, o serviço a ser executado pelas entidades sem fins lucrativos será feito obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da contratada, sendo vedadas quaisquer intermediação ou subcontratação.
- 6.3 Caberá à Susep, quando da análise das propostas, decidir sobre a compatibilidade entre os objetivos sociais e estatutários das entidades sem fins lucrativos e o objeto desta Licitação.
- 6.4 Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 6.5 A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da assinatura do contrato, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 6.6 Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo estabelecido no item anterior, a SUSEP, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA PLANILHA DE CUSTOS**

- 7.1 A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o presente Edital e contendo o VALOR GLOBAL PARA 12(DOZE) MESES DE CONTRATO em moeda nacional, em campo próprio exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.2 Quando do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, as empresas ou entidades sem fins lucrativos deverão, sob pena de desclassificação, considerar todas as exigências tributárias e trabalhistas estabelecidas pela legislação em vigor, inclusive no que diz respeito às Convenções Coletivas ou Acordos Coletivos de Trabalho.

- 7.3 No preço cotado deverão ser incluídas todas as despesas com mão-de-obra e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, ou seja, todos os componentes de custo dos serviços, inclusive o lucro, necessários à perfeita execução do objeto da licitação, conforme determina a Lei 10.520/2002 e o Decreto 5.450/2005.
- 7.4 O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não deverão ser incluídos na Proposta de Preços ou na Planilha de Custos.
- 7.5 Toda a documentação, quando exigida, deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:
- a) em original;
  - b) por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente;
  - c) publicação em órgão de imprensa.
- 7.6 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 7.7 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.8 Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, também em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 7.9 Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas ou propostas apresentadas, o Pregoeiro poderá determinar ao licitante vencedor, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas ou propostas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 7.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
  - b) verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
  - c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social;
  - d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
  - e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
  - f) consulta ao Portal da Transparência/CGU;
  - g) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
  - h) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
  - i) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
  - j) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
  - k) estudos setoriais;
  - l) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
  - m) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

- 7.11 Persistindo indício de inexecução ou a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à licitante (não comprovados documentalmente), a proposta será desclassificada.
- 7.12 Os percentuais e valores previamente inseridos no modelo de planilha de custos e formação de preços são meramente norteadores, sendo de total responsabilidade da licitante o correto preenchimento dos itens da planilha, de acordo com a legislação em vigor e com as especificidades de cada licitante.
- 7.13 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá enviar documentação abaixo no prazo de 2 (duas) horas, contadas da solicitação do pregoeiro, em arquivo único em formato zip, por meio da funcionalidade "Enviar Anexo" do sistema ComprasNet:
- a) Planilha de Custos e Formação de Preços adequada ao último lance;
  - b) Proposta Comercial;
  - c) Documentação do RAT, FAT e o código CNAE, para fins de comprovação do valor do Seguro de Acidentes do Trabalho;
  - d) Documentação de Habilitação constante do item 8.4;
  - e) Cópia do Atestado de Vistoria (Anexo VII do Termo de Referência).

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf (habilitação parcial). Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências.
- 8.2 A verificação quanto à inexistência de débitos trabalhistas será realizada diretamente junto ao portal [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).
- 8.3 Quando necessário e após solicitação pelo pregoeiro, o licitante detentor da melhor proposta, e que tiver sido considerado aceito, será convocado a encaminhar, num prazo máximo de 3 (três) dias úteis, os documentos originais a serem encaminhados ao Protocolo Geral da Susep, situado no subsolo do prédio da Avenida Presidente Vargas nº 730 – Centro, Rio de Janeiro, RJ, em envelope fechado e com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

À Superintendência de Seguros Privados – SUSEP  
Avenida Presidente Vargas nº 730/ 8º andar  
Centro, Rio de Janeiro, RJ  
Processo SUSEP nº 15414.001773/2013-41  
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL E CNPJ

- 8.4 Relativamente à qualificação técnica do licitante, quando solicitados, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:
- a) 01 (uma) certidão de registro junto ao CREA, com validade para o ano em exercício, onde conste o registro da empresa na atividade de Engenharia Civil;
  - b) 01 (um) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de execução de serviço de características semelhantes à presente contratação, com a respectiva Certidão de Acervo Técnico junto ao CREA.
- 8.5 Relativamente à qualificação econômico-financeira do licitante, os seguintes procedimentos serão adotados:

- a) o licitante terá sua situação financeira avaliada com base na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maior ou igual a um ( $\geq 1$ ), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- b) o licitante que apresentar resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem anterior, quando de sua habilitação deverá comprovar, por meio de balanço patrimonial do último exercício social exigível, patrimônio líquido mínimo no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, após a etapa de lances.
- 8.6 A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de Habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 21, § 3º, do Dec. nº 5.450, de 31/05/2005.
- 8.7 A não apresentação de qualquer dos documentos indicados neste item implicará desclassificação do proponente.
- 8.8 Às microempresas e empresas de pequeno porte, "havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa" (art.4º, § 1º, Decreto nº 6.204, de 05/09/2007).
- 8.9 Quando requerida pelo licitante a prorrogação prevista no subitem anterior, esta só será concedida caso não exista urgência na contratação ou prazo exíguo para o empenho, devidamente justificado.
- 8.10 A não regularização da documentação dentro do prazo concedido "implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação" (art.4º, § 4º, Decreto nº 6.204, de 05/09/2007).

## **9. DOS RECURSOS**

- 9.1 Existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em formulário próprio do sistema, explicitando suas razões, imediatamente após a abertura de prazo para tal.
- 9.2 A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes quanto à intenção de recorrer importará decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.3 O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, no tocante ao item ao qual o recurso se referir, inclusive no tocante ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomençará a contar quando da decisão final da autoridade competente.
- 9.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 9.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 9.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na COLIC - Coordenação de Licitação e Contratos da SUSEP, situada na Avenida Presidente Vargas nº 730 – 8º andar Rio de Janeiro, em dias úteis, no horário de 10:00 às 13:00 horas e 14:00 às 17:00 horas, mediante agendamento prévio.
- 9.7 O licitante disporá do prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, por escrito, que será disponibilizado a todos os participantes.
- 9.8 Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em até 3 (três) dias, contados a partir do término do prazo do recorrente.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1 O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos, sujeitará o licitante às penalidades constantes do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 c/c o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e ainda, no que couber, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, garantida a prévia defesa.
- 10.2 Em caso de inexecução do contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas no Contrato.
- 10.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e, no caso de impedimento de licitar e contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das cominações legais.
- 10.4 Será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa nos casos de sanção administrativa.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 11.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [colic.rj@susep.gov.br](mailto:colic.rj@susep.gov.br).
- 11.2 O Pregoeiro, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 11.4 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [colic.rj@susep.gov.br](mailto:colic.rj@susep.gov.br).
- 11.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no portal ComprasNet para os interessados.
- 11.6 O licitante será responsável pela fidelidade de suas informações e pela legitimidade dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 11.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro com amparo na legislação pertinente, especialmente na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 6.204 de 5 de setembro de 2007 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993.

- 11.8 A apresentação da proposta de preços na licitação implica que o licitante tomou conhecimento e está de pleno acordo com as normas e condições do Edital e seus anexos, tendo obtido todas as informações pertinentes à formulação de sua proposta, bem como às normas de execução do contrato. Não serão admitidas alegações posteriores acerca de quaisquer falhas ou omissões em sua proposta, bem como eximir-se de responsabilidade que deste fato decorra, durante a vigência do Contrato.
- 11.9 Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do Certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente aos ora fixados.
- 11.10 O Termo de Referência é o documento norteador, elaborado pelo setor requisitante da aquisição e que disciplina de forma detalhada os serviços que deverão ser adquiridos, fazendo parte integrante deste Edital.
- 11.11 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 11.12 Os licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados das eventuais republicações e/ou retificações de edital, de respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2013.

**LUIZ EDUARDO ADEMI TEIXEIRA**  
**Pregoeiro**



**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
**(papel timbrado da empresa)**

**1 - QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE:**

<i>Razão Social:</i>			
<i>CNPJ/MF:</i>			
<i>Endereço Comercial:</i>			
<i>Bairro:</i>		<i>Cidade:</i>	
<i>Estado:</i>		<i>CEP:</i>	
<i>Telefone:</i>		<i>Fax:</i>	
<i>Endereço Eletrônico:</i>			
<i>Site:</i>			
<i>Dados Bancários (para emissão de nota de empenho):</i>			
<i>Representante Legal Qualificado:</i>			
<i>Identidade:</i>		<i>Órgão Expedidor:</i>	
<i>CPF:</i>	<i>Nacionalidade:</i>	<i>Estado Civil:</i>	
<i>Qualificação profissional na empresa:</i>			

**2 - PREÇOS E CONDIÇÕES**

DESCRIÇÃO DOS CUSTOS	VALOR ANUAL (R\$)
SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, POR MEIO DE EXECUÇÃO INDIRETA, QUE COMPREENDERÁ: O FORNECIMENTO DE POSTOS DE SERVIÇO ESPECIFICADOS NESTE TERMO; A DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPE RESIDENTE PARA PREENCHIMENTO DOS POSTOS DE SERVIÇO; E O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL, DE TODOS OS INSUMOS, DE TODO O FERRAMENTAL E DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À PERFEITA EXECUÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NECESSÁRIOS NAS DEPENDÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP – NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	